

Bom dia a todos, antes demais gostaria de cumprimentar o exmo sr presidente da mesa de assembleia, exmo sr presidente da Câmara, vereadores, colegas deputados, representantes de entidades públicas e privada e todos os marinhenses.

É com enorme orgulho e gratidão que me dirijo a todos vós na sessão solene dedicada ao dia que me permite estar aqui hoje: 25 de Abril de 1974. Como Sophia de Mello Breyner descreveu *“O dia inicial inteiro e limpo/ Onde emergimos da noite e do silêncio”*. A data que representou uma transformação social, económica, política e cultural que imprimiu uma profunda alteração sistémica na sociedade portuguesa.

Hoje falo não só enquanto socialista, mas enquanto uma jovem mulher. Ao olhar para trás, é impossível não destacar a participação ativa dos jovens neste processo.

Foi a juventude, com a sua coragem, determinação e vontade de mudança que abriu as portas a todos os portugueses, principalmente às mulheres, para um lugar digno na sociedade.

A independência económica das mulheres era considerada uma ameaça à continuidade da sua subalternidade perante a sociedade e perante a família. Para mim recordar o 25 de Abril serve para enfatizar que antes dele:

- As mulheres recebiam menos 40% do que os homens; não podiam estudar, escolher a sua profissão ou sequer trabalhar fora de casa, caso os maridos não autorizassem;
- As mulheres não podiam divorciar-se e o Código Penal permitia ao marido matar a mulher em caso de flagrante adultério;
- A utilização de contraceptivos orais não estava autorizada, o aborto era punido com pena de prisão entre 2 a 8 anos, sendo o aborto clandestino a terceira causa de morte materna;
- Até ao final da década de 60, as mulheres só podiam votar se fossem chefes de família (em caso de viuvez) e possuíssem curso médio ou superior.

Uma menina que nasça em Abril de 2023 não se confrontará com um regime que lhe diz que não pode ser juíza ou militar e que não tem capacidade de decidir quem a governa; não terá de desafiar uma elevadíssima taxa de mortalidade infantil, nem conhecerá um país em que a taxa de analfabetismo atinge 20% de homens e 31% de mulheres.

Uma menina que nasça em 2023 conhecerá um país em paz e poderá viver livremente a sua identidade e orientação sexual, terá garantidos: planeamento familiar, licença de maternidade, salário mínimo, direito à greve e proteção no desemprego.

A luta pela liberdade e igualdade de direitos da mulher não acabou no 25 de Abril, ela manter-se-á no presente e no futuro, sendo importante relembrar que em Portugal, atualmente:

- A diferença salarial entre homens e mulheres é de 14%;
- Para além de ganharem menos têm um considerado “segundo trabalho” em casa ou acabam por ter de abdicar da sua vida profissional;
- 88% das vítimas de assédio no local de trabalho são mulheres;
- Existem mais 24% de homens a tirar cursos nas áreas de ciências, tecnologias, engenharias e matemáticas do que mulheres; sendo que na entrada na universidade há mais mulheres do que homens, mas ao longo da carreira os cargos de liderança afunilam-se nas mãos de homens;
- 85% das vítimas de violência no namoro são mulheres e 79% das mortes por violência doméstica entre 2019 e 2022 eram mulheres.

Não nos esqueçamos que se cada um de nós está aqui nesta sala hoje é graças a uma mulher.

Foi graças ao 25 de Abril que se pôde concretizar o desejo de Portugal de aderir ao projeto democrático europeu e de vencer o atraso a que esteve condenado, edificando um país solidário, com instituições democráticas robustas e um Estado social assente na solidariedade como princípio de verdadeira emancipação.

No entanto, é preciso estar atentos aos desafios atuais que ameaçam a democracia pois os inconformados com o que ainda falta fazer correm o risco de serem manipulados pelos inimigos de Abril. O 25 de Abril trouxe a liberdade de expressão e que bom que assim é, pois “discussão leva a evolução”.

No entanto, o crescimento do discurso populista e o recurso à simplificação do que é complexo para instigar ressentimentos entre os cidadãos representam um perigo para os valores democráticos que tanto se lutou para conquistar. A qualidade das instituições democráticas, o respeito pelo outro (independentemente da sua origem, género, orientação sexual e etnia) e a

preservação do Estado social nunca foram tão importantes para nos imunizar contra estes riscos.

Além disso, não podemos ignorar os eventos preocupantes que ocorrem a nível internacional. A ofensiva russa na Ucrânia é um exemplo claro da violação dos valores e liberdades consagrados na Conferência de Viena, que procura promover a paz, a segurança e o respeito aos direitos humanos. É fundamental estarmos vigilantes e defendermos estes princípios em todas as instâncias, seja no contexto nacional ou internacional. Apoiar quem precisa de apoio e promover a sua inclusão na sociedade que lhes oferece a paz que procuram.

É nosso dever enquanto cidadãos continuarmos a lutar pela preservação da democracia e dos valores conquistados em 1974. Devemos estar unidos em defesa da liberdade, igualdade, justiça social e respeito dos direitos humanos. Devemos repudiar qualquer forma de discriminação, xenofobia, populismo ou autoritarismo, que vão contra os princípios fundamentais de uma sociedade democrática.

Nós jovens, somos o presente e o futuro do nosso concelho, do nosso país. Somos aqueles que têm a responsabilidade de construir e assegurar uma sociedade melhor para as próximas gerações. Pelo que, é fundamental que nos permitam continuar a participar ativamente na vida política, social e cultural a nível municipal e nacional. Devemos estar atentos e críticos em relação aos desafios e problemas que enfrentamos, e procurar soluções construtivas e inclusivas. Devemos também aprender com a história do 25 de abril, lembrando que a liberdade e a democracia são conquistas frágeis, que requerem a nossa constante vigilância e empenho.

Portanto, aproveito para chamar a atenção a todos os jovens para se envolverem ativamente na construção do futuro do nosso concelho e do nosso país porque, há 49 anos atrás, foram os jovens que fizeram a diferença. Participem em debates, eleições, movimentos sociais e culturais. Sejam agentes de mudança, defensores dos valores democráticos tão preciosamente conquistados pelos nossos antepassados.

Concluo a minha intervenção com as primeiras palavras da Constituição da República:

“A 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas, coroando a longa resistência do povo português e interpretando os seus sentimentos profundos, derrubou o regime fascista.

Libertar Portugal da ditadura, da opressão e do colonialismo representou uma transformação revolucionária e o início de uma viragem histórica da sociedade portuguesa.

A Revolução restituiu aos Portugueses os direitos e liberdades fundamentais. No exercício destes direitos e liberdades, os legítimos representantes do povo reúnem-se para elaborar uma Constituição que corresponde às aspirações do país.”.

Viva o 25 de abril!